

# Acordo prevê superávit de Cr\$ 1 trilhão este ano

O acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabelece que o setor público deve fechar o ano com superávit operacional de Cr\$ 1,08 trilhão, equivalente a 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB). No ajuste do setor público, o Banco Central estimou, para este ano, o saldo positivo de Cr\$ 2,89 trilhões no caixa do governo central, déficit real de Cr\$ 3,9 trilhões nas contas das estatais e equilíbrio no fluxo financeiro dos Estados e municípios.

Como essas projeções não combinam com a meta acertada com o FMI, o governo precisará mesmo efetuar cortes adicionais no setor público.

A receita fiscal da União deverá alcançar Cr\$ 26,59 trilhões — Cr\$ 9,08 trilhões do Imposto de Renda, Cr\$ 4,7 trilhões do Imposto sobre Produtos Industrializados, Cr\$ 1,35 bilhão do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Cr\$ 11,46 trilhões de outras receitas. Na distribuição da receita estimada, o Banco Central previu a transferência de Cr\$ 5,8 trilhões para o orçamento monetário e de Cr\$ 6,04 trilhões para as empresas estatais, com a despesa líquida de Cr\$ 14,75 trilhões, ao longo de 1984.

O programa de ajuste entregue aos banqueiros internacionais e ao FMI estabelece que as estatais cortarão o seu déficit operacional, de 2,3% do PIB, em 1983, para 1%, em 1984. As empresas sujeitas ao orçamento da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest) ainda acumularão déficit de 1,2% do PIB, mas as companhias controladas pelos Estados e municípios sairão do déficit de 0,6% em 1982 para zero este ano.

O Banco Central espera ainda que os Estados e municípios eliminem o déficit de 0,7% que registraram em 1983.

Excluída a Previdência Social e as amortizações de sua dívida, o setor público registrará, este ano, despesas de Cr\$ 61,29 trilhões — Cr\$ 48,96 trilhões de gastos correntes e Cr\$ 12,33 trilhões de despesas de capital. O déficit operacional de Cr\$ 3,9 trilhões resultará da receita de apenas Cr\$ 57,39 trilhões — operacional de Cr\$ 51,36 trilhões e Cr\$ 6,04 trilhões de transferências do Tesouro.

O Banco Central espera ainda que os Estados e municípios eliminem o déficit de 0,7% que registraram em 1983.

Na segunda versão do programa de ajuste, o Banco Central manteve as metas de déficit operacional de Cr\$ 1,3 trilhão até março, Cr\$ 300 bilhões até junho e Cr\$ 600 bilhões para os nove primeiros meses do ano. Nesses períodos, o setor público poderá acumular déficits nominais de Cr\$ 11,75 trilhões, Cr\$ 23,75 trilhões, e Cr\$ 355,5 trilhões, respectivamente.